

Nova comissão investigará ajuda eleitoral

Com as assinaturas de 32 senadores e 207 deputados, mas do que o número exigido, o líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP), pediu a criação ontem da CPI que investigará os financiamentos das campanhas eleitorais nas eleições de 1988 a 1992.

Agora, o revide do PT à criação da CPI da CUT vai atingir a todos os partidos políticos. "Vamos investigar se o Fleury usou o dinheiro do metrô na sua campanha e como o Maluf usava o dinheiro através da empresa Pau-Brasil", disse Suplicy. O presidente do Congresso, Humberto Lucena, garantiu que a CPI das campanhas, como já está sendo chamada a nova CPI, será criada ao lado das outras duas — da CUT, e das empreiteiras.

Segundo o senador, a nova CPI vai investigar as práticas ilegais, envolvendo as entidades e sindicatos patronais, como a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e suas relações com os partidos políticos durante as campanhas eleitorais dos últimos quatro anos. O objetivo é pedir a quebra do sigilo bancário dos parlamentares que já admitiram ter recebido dinheiro de empreiteiras, ou justificaram sua movimentação bancária alegando a posse das sobras de campanha. A nova CPI vai investigar ainda os mecanismos de captação de recursos não-autorizados pela legislação, inclusive de origem internacional, revelados durante as duas últimas CPIs - de PC Farias e do Orçamento.

Apesar de ter sido permitido a contribuição das empresas privadas para campanhas políticas, inclusive descontando Imposto de Renda, em um dos itens do requerimento — está prevista que a investigação também se estenderá a este tipo de ajuda. "Trata-se das irregularidades do financiamento", explicou Suplicy. Segundo ele, a origem das irregularidades no Orçamento; na campanha de Collor, nos esquemas PC Farias, é equivalente ao vício no financiamento irregular das campanhas. Doações ilícitas diretamente a candidatos e parlamentares eleitos, com depósitos fantasmas, entre eles notas da EPC, do empresário Paulo César Farias, foram encontradas pela Receita Federal como suspeitas para acobertar pagamentos ilegais.